

# O JORNALISMO FRENTE ÀS REDES DE ÓDIO NO BRASIL

Ataques online contra a imprensa  
nas eleições de 2022



canalha fake mentira  
lixo mentirosa  
militante  
vagabunda puta  
vergonha

# SUMÁRIO

Prefácio.....	3
<b>1</b> O objetivo da horda bolsonarista: silenciar os jornalistas.....	5
<b>2</b> A caçada aos jornalistas.....	7
2.1. Quem são os membros do bando?.....	7
2.2. O modo de ataque: coordenado e virulento.....	9
2.3. As presas favoritas: as mulheres jornalistas.....	12
2.4 O recurso a um vocabulário tóxico.....	14
<b>A violência em números</b> .....	16
<b>3</b> As consequências dos ataques online na vida real.....	18
3.1 Das ameaças à agressão.....	18
3.2 Os impactos sobre o jornalismo e a informação.....	19
<b>4</b> E agora?.....	21
<b>Nota metodológica</b> .....	23

Secretário-geral: Christophe Deloire  
Redatora-chefe: Catherine Monnet

Diretor do escritório para América Latina: Artur Romeu  
Coordenadora do projeto: Bia Barbosa  
Pesquisador responsável: Thiago Firbida  
Colaboração: Daniel Giovanaz e Renata Vilela

Equipe Labic/UFES  
Coordenadores: Fábio Goveia, Fábio Malini e Patrick Ciarelli  
Pesquisadores: Pollyana de Cássia dos Santos Pereira, Laura Helena de Paula Valentim Ribeiro, Caroline Matias Souto, Renata Rodrigues Coutinho, Laryssa de Jesus Florêncio, Raphael Sthéfano Rodrigues Ferreira e Lorenzo Pereira Piccoli Xavier

Fotos: Agência Brasil  
Grafos: Labic/UFES  
Infografias e diagramação: Hiperativa Comunicação Integrada

Apoio: Fundo do Canadá para Iniciativas Locais - Brasil 2022  
Embaixada do Canadá no Brasil



# PREFÁCIO



Por Artur Romeu, diretor do escritório América Latina da RSF

O Brasil está entre os dez países do mundo com maior número de jornalistas assassinados nos últimos 20 anos. Ele ocupa a 110<sup>a</sup> posição no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa de 2022 da Repórteres Sem Fronteiras (RSF). Nesse contexto, a violência oficializada contra jornalistas e comunicadores no Brasil colocava o desafio de garantir liberdade para a atuação da imprensa durante a campanha eleitoral num outro patamar.

Historicamente, o conjunto de violações que atingem jornalistas se intensifica em períodos de eleições, em razão da tensão própria desses momentos, em que a campanha de figuras poderosas e seu modo de operar estão sob escrutínio público. Já se sabia que o processo eleitoral de 2022 poderia ser pior. Como mostraram diferentes estudos da RSF, a intensificação da polarização política no debate público nacional e o ascenso de grupos extremistas no país sob o governo de Jair Bolsonaro transformaram os jornalistas, ao longo de quatro anos, em alvos a serem abatidos.

Os insultos, as ameaças, as campanhas de descredibilização e outras manifestações de violências contra jornalistas e meios de comunicação se intensificaram, e aparecem cada vez mais normalizados nas falas de políticos, autoridades públicas e de seus seguidores. As redes sociais são usadas como caixas de ressonância para esses ataques, e se tornaram um verdadeiro campo minado para os jornalistas.

Mesmo cientes dessa dura realidade, quando iniciamos este projeto não esperávamos encontrar um cenário de tamanha naturalização da violência online contra a imprensa: mais de 3,3 milhões de postagens ofensivas e intimidatórias contra jornalistas e meios de comunicação em apenas três meses de campanha eleitoral. Algumas delas alcançaram, literalmente, milhões de usuários. Esse fenômeno contribui, por um lado, para o silenciamento de jornalistas pela intimidação, e, por outro, para a difusão de desinformação, na perspectiva em que fomenta um ambiente geral de hostilidade e desconfiança em relação ao jornalismo.

Em parceria com o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), um dos principais centros de pesquisa de referência em análise de redes sociais e tendências digitais do Brasil, monitoramos 121 jornalistas e comentaristas, além de perfis de autoridades públicas e candidatos às eleições. Mais de 24 milhões de posts feitos no Twitter entre 16 de agosto e 15 de novembro foram analisados. Este esforço gigantesco de processamento teve o objetivo de quantificar os ataques e compreender melhor a dinâmica que fez com que o ambiente digital – em especial as redes sociais – tenha se tornado um espaço

propício para toda sorte de agressões ao jornalismo, com o claro objetivo de intimidar e silenciar esses profissionais.

Além de confirmar o que diferentes estudos da RSF e seus parceiros já vinha apontando, nossa pesquisa trouxe novas evidências deste cenário hostil contra a imprensa brasileira: o volume e a intensidade da violência. Essas eleições ficarão marcadas como aquelas em que, a cada 3 segundos, pelo menos um jornalista foi agredido nas redes sociais, revelando um ódio difuso à imprensa por parte de movimentos antidemocráticos, que se manifestou antes e durante a campanha, e que segue se manifestando desde o fechamento das urnas.

O resultado da pesquisa, sintetizado neste relatório, mostra como está em curso no Brasil um projeto sistemático de deterioração do direito de acesso da população à informação, por meio da descriminalização da imprensa e da hostilização de jornalistas, sobretudo mulheres. Tal projeto – alimentado diariamente ao longo de quatro anos pelo discurso hostil do ex-presidente Jair Bolsonaro, seus familiares e apoiadores, e intensificado na campanha eleitoral e após a divulgação de seu resultado – teve seu ápice no dia 8 de janeiro de 2023. No dia em que as instituições democráticas brasileiras foram barbaramente atacadas, pelo menos 17 repórteres foram covardemente agredidos, com agressões verbais, físicas, destruição e roubo de equipamentos e até ameaças com arma de fogo. Ficou comprovado, para quem ainda tinha dúvidas, que o ódio gestado nas redes sociais transborda a tela dos computadores e celulares e se concretiza em riscos e danos bastante reais para os/as jornalistas.

Identificar e responsabilizar os agressores do 8 de janeiro é fundamental. Mas também aqueles que operaram as engrenagens que levaram a essa violência e que continuam a alimentar ataques online e agressões bem reais contra jornalistas. No momento em que o Estado brasileiro anuncia uma reconstrução de sua democracia, é preciso que autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – e também as plataformas de redes sociais, partidos políticos, organizações sociais e cidadãos – ajam para interromper este ciclo de violência.

Da mesma maneira, a RSF acredita que este estudo de caso sobre o Brasil pode contribuir para os debates globais hoje em curso sobre como proteger o direito da população de acessar informações plurais e independentes em períodos eleitorais. O caminho para garantir o livre e seguro exercício do jornalismo no ambiente digital será sinuoso. Mas esperamos indicar sinais de alerta tanto os atores hoje dedicados a debater este tema no Brasil quanto em outros países que vivenciam o crescimento da polarização e do autoritarismo. Colaborar para uma melhor compreensão do fenômeno da violência online contra a imprensa é o primeiro passo para a sua superação.

# 1. O objetivo da horda bolsonarista: silenciar os jornalistas

Os ataques contra a imprensa foram marca registrada do governo Bolsonaro, que instalou um clima de permanente hostilidade contra os jornalistas durante seu mandato. De dificuldades no acesso à informação pública à mobilização do aparato público para fins de propaganda, o balanço do período 2019-2022 é catastrófico, principalmente pela estratégia de silenciamento e descredibilização implementada desde o palácio presidencial para intimidar repórteres, comentaristas e meios de comunicação. Não à toa, o Brasil chegou a entrar na chamada zona vermelha do Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa da RSF, que indica uma situação “difícil” para o exercício do jornalismo. E as redes sociais foram o palco favorito do bolsonarismo para tal empreitada.

Semanalmente, ao longo dos quatro anos de seu mandato, o ex-presidente usou os canais do Facebook e do YouTube da Presidência em longas “lives” durante as quais, sem ser questionado, propagou uma retórica anti-imprensa e atacou ferozmente meios de comunicação que desmontavam as mentiras do governo. Desavergonhadamente, brincava com fatos, afirmava “suas verdades” e fabricava notícias falsas para servir a inte-



*“Oh rapaz, pergunta para a tua mãe o comprovante que ela deu para o teu pai, tá certo?”, atacou Bolsonaro ao responder um repórter de O Globo sobre suspeitas de ilegalidades no gabinete de seu filho Flávio quando era deputado no Rio de Janeiro. © Antonio Cruz/Agência Brasil*

resses próprios, responsabilizando sistematicamente a imprensa por todos os males do país – sobretudo pelos impactos da pandemia da covid-19<sup>1</sup>. Muitos desses vídeos foram removidos posteriormente pelas plataformas digitais, por infringirem suas políticas sobre desinformação – nunca pelos ataques a jornalistas.

Durante os primeiros seis meses de 2021, por exemplo, o número de ataques do chefe de Estado brasileiro contra a imprensa aumentou 74% em relação ao segundo semestre de 2020. Sua hostilidade contra a imprensa era praticada principalmente (cerca de 80%) em posts no Twitter, onde, para limitar sua própria exposição a críticas, Bolsonaro bloqueia contas de jornalistas, meios de comunicação e organizações como a RSF, bloqueada pelo ex-presidente após a publicação de um relatório sobre seu assédio contra a imprensa em 2020.

O discurso estigmatizante do mais alto cargo da República, nas redes sociais mas também em eventos públicos, quando abordado pelos jornalistas, institucionalizou a violência, incentivou e legitimou a repetição dessas práticas por literalmente milhares de apoiadores de Jair Bolsonaro. Durante a campanha, tornou-se ainda mais estratégico para o candidato à reeleição, em busca de votos, refutar o trabalho da imprensa e a produção de informações que pudessem ser recebidas pelo eleitorado como desfavoráveis à sua gestão. Assim, as lideranças bolsonaristas transformaram o mensageiro em mensagem e operaram campanhas coordenadas de perseguição à imprensa, visando minar o debate público, distorcer a informação que chegava aos eleitores e inibir o fluxo e a pluralidade de ideias, ao mesmo tempo em que contribuíram para um ambiente permissivo para o uso da violência contra jornalistas.

Foi assim que jornalistas foram impedidos entre agosto e outubro de 2022 de cobrir atividades de campanha de Bolsonaro e de seu clã em diferentes regiões do país. E que, antes do fatídico 8 de janeiro de 2023, pelo menos 78 equipes foram agredidas em coberturas sobre os acampamentos e mobilizações criadas para questionar o resultado das urnas. Levantamento da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) entre 30 de outubro de 2022 e 7 de janeiro de 2023 registrou hostilizações, agressões físicas, ameaças, destruição de equipamentos e atentados à sede de dois meios de comunicação. Os episódios comprovam que o autoritarismo e movimentos golpistas caminham juntos com a censura e a violência contra a imprensa, percebida como um inimigo a ser abatido<sup>2</sup>.

Silenciar diante desses ataques, como objetivam os agressores, tem justificativa. Pelo menos 30 jornalistas e comunicadores foram assassinados na última década no Brasil em razão de sua atividade de informar. Entre eles estão os radialistas Jefferson Pureza (GO) e Jairo de Sousa (PA) e o repórter Marlon de Carvalho Araújo (BA), mortos em 2018, e Givanildo Oliveira (CE) e Dom Philips (AM), assassinados em 2022, o ano mais violento das últimas duas décadas para a imprensa na América Latina. Ao temer por suas vidas, para muitos só resta calar-se.

<sup>1</sup> <https://rsf.org/pt-br/imprensa-brasileira-verdadeiro-saco-de-pancadas-da-fam%C3%ADlia-bolsonaro-uma-tend%C3%A2ncia-que-se>

<sup>2</sup> Os ataques em 8 de janeiro às sedes dos três poderes em Brasília foram classificados por muitos como uma tentativa de golpe de Estado, tendo contado com o apoio de uma parte importante das Forças Armadas e tipo o objetivo de derrubar o governo federal.

## 2. A caçada aos jornalistas

### 2.1. Quem são os membros do bando?

Ao monitorar as contas em redes sociais de 121 jornalistas e veículos de atuação nacional e estadual, a pesquisa da RSF em parceria com o Labic/UFES identificou dois perfis de agressores: autoridades públicas e influenciadores ligados ao campo político do ex-presidente Jair Bolsonaro, com grande número de seguidores e repercussão relevante nas redes, e usuários “desconhecidos”.

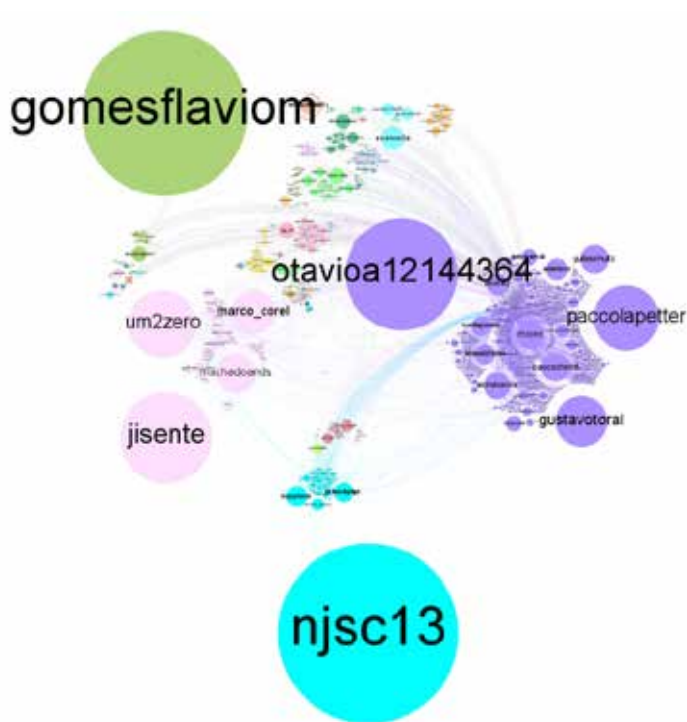
Quando o ex-presidente ou algum influenciador faziam uma postagem de teor hostil a um/a jornalista ou meio específico/a, era como se um comando fosse dado: a quantidade de ataques àquele jornalista ou veículo por usuários comuns aumentava exponencialmente. A postagem feita por Bolsonaro sobre a comentarista e apresentadora da CNN Brasil Gabriela Prioli, no dia 1 de setembro, por exemplo, recebeu mais de 13 mil retuítes e alcançou mais de 13 milhões e 670 mil pessoas. Da mesma maneira, depois de participar de um debate entre candidatos na TV Globo, o ex-presidente fez uma postagem contra a emissora que alcançou mais de 11 milhões de perfis.

Na semana do 7 de setembro, três postagens do ex-secretário de Cultura do governo Bolsonaro e então candidato a deputado federal por São Paulo, Mário Frias, contra três jornalistas diferentes, alcançaram respectivamente 1,2 milhão, 823 mil e 794 mil perfis no Twitter.

É importante destacar que a maior parte das postagens ofensivas registradas no período de monitoramento foi feita por usuários comuns. Muitos, entretanto, se destacavam por apresentar um comportamento não compatível com uma atuação orgânica, ou seja, eram perfis que haviam sido criados havia pouco tempo, possuíam poucos seguidores, não contavam com foto de capa ou de perfil, publicavam um alto número de postagens em intervalos pequenos de tempo e apresentavam predomínio de repostagens (em vez de mensagens originais).

Na semana que antecedeu o primeiro turno, um perfil que se identifica como médico e militar realizou ao menos 3.237 postagens ofensivas à imprensa. Na média, foram mais de 460 pos-





Muitas postagens ofensivas à imprensa são publicadas de maneira articulada por grupos de usuários que usam as mesmas hashtags. A conexão nos ataques por meio de hashtags sugere a criação de um tipo de “comunidade” de usuários em torno delas. Neste grafo, é possível verificar, pelas cores, diferentes comunidades em operação e os usuários mais ativos dentro de cada uma. Quanto maior o círculo, maior a quantidade de postagens articuladas com os demais membros da comunidade por meio de hashtags específicas. Algumas das contas mostradas no grafo caracterizam-se por postar apenas links e retuitarem conteúdos de outras contas, mostrando indícios de operação automatizada.

tagens por dia – cerca de 20 por hora, uma a cada 3 minutos, consideradas as 24 horas do dia. Diversos desses perfis apareceram semanalmente na lista dos que mais intimidavam a imprensa, com grande predomínio de compartilhamentos de postagens de autoria de outros perfis que atacavam jornalistas e pouca interação sobre outros temas, sugerindo que muitas contas podem ter sido criadas exatamente com este objetivo.

Esse tipo de perfil não necessariamente é completamente automatizado, mas seu objetivo é promover engajamento artificial em outras postagens, seguindo orientações sobre o que publicar e, num contexto eleitoral, reforçando o volume de posts críticos ou contrários a seus adversários políticos. A prática, que já havia sido apontada em levantamento da RSF em parceria com o ITS-Rio (Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro) feito em 2021<sup>3</sup>, multiplica o alcance nas redes em torno de determinados assuntos, criando uma percepção falsa de uma adesão maior do que a real sobre determinadas posições, estimulando artificialmente um efeito de manada.

A identificação de contas com alguma automação em sua operação também sugere que existem determinados atores com interesses políticos, recursos financeiros e capacidade técnica mobilizados para promover um ambiente de descrédito generalizado à imprensa nas redes. Em comum, as contas que mais atacavam os jornalistas monitorados durante a campanha eleitoral tinham como principais temas de publicação (ou descrição do perfil) o apoio ao presidente Bolsonaro, críticas ao candidato Lula e agressões à imprensa. Diversas contas também foram registradas postando repetidamente o mesmo conteúdo em comentários de postagens de jornalistas, numa clara ação de importunação de repórteres e comentaristas.

Também chamou a atenção na pesquisa o papel de influenciadores que determinados jornalistas apoiadores do ex-presidente Bolsonaro desempenharam em ações hostis contra

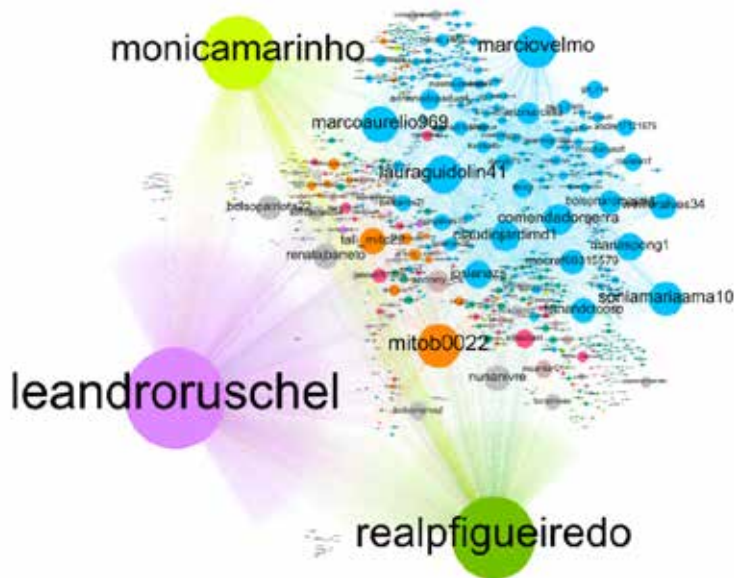
<sup>3</sup> “Ataques ao Jornalismo se Alastram nas Redes”. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ataques-ao-jornalismo-se-alastram-nas-redes-rsf-e-its-registraram-meio-milh%C3%A3o-de-tweets-contendo>



outros profissionais da imprensa. O estudo constatou que alguns jornalistas alinhados ao campo bolsonarista serviram e seguem servindo como plataforma de amplificação de ataques àqueles críticos ao ex-presidente. Ao se pronunciarem contra “colegas”, muitos fomentam que outras pessoas postem comentários em suas postagens agredindo a imprensa.

Outros são mencionados em postagens originais, que buscam uma maior repercussão. O jornalista bolsonarista Rodrigo Constantino, por exemplo, é mencionado frequentemente em posts ofensivos a outros jornalistas. Ao citá-lo, o usuário comum ganha visibilidade em seu ataque e reforça o chamado para outros também visarem jornalistas e veículos de linha editorial diversa. Estratégia semelhante foi identificada desde o início da campanha nos perfis dos jornalistas pró-Bolsonaro Milton Neves e Guilherme Fiuza no Twitter. O alcance dessas contas de jornalistas influenciadores acaba fazendo com que seus perfis tenham um “efeito catalisador” das agressões a outros jornalistas, de linha editorial diversa, e gerem “comunidades de ataque” contra estes.

A turba assim se forma, liderada por autoridades públicas, potencializada por influenciadores ligados ao campo político dessas autoridades e ampliada por um grande número de usuários comuns, seus apoiadores, prontos a seguir o discurso de seus candidatos.



No dia 28 de agosto, a agressão do então presidente e candidato Jair Bolsonaro praticada contra a jornalista Vera Magalhães durante o debate na TV Bandeirantes desencadeou uma onda imediata de ataques nas redes. A ação coordenada a partir da fala do presidente Bolsonaro é ilustrada neste grafo, que revela os usuários (pontos maiores) que mais obtiveram popularidade (recebendo mais retuítes/RTs) atacando a jornalista com a hashtag ou a expressão #VeraVergonhadoJornalismo. Os três usuários que mais repercutiram promovendo ataques foram Leandro Ruschel, influenciador bolsonarista, Paulo Figueiredo Filho, comentarista da Jovem Pan e forte apoiador do presidente, e Monica Marinho, jornalista e apoiadora de Bolsonaro nas redes.

## 2.2. O modo de ataque: coordenado e virulento

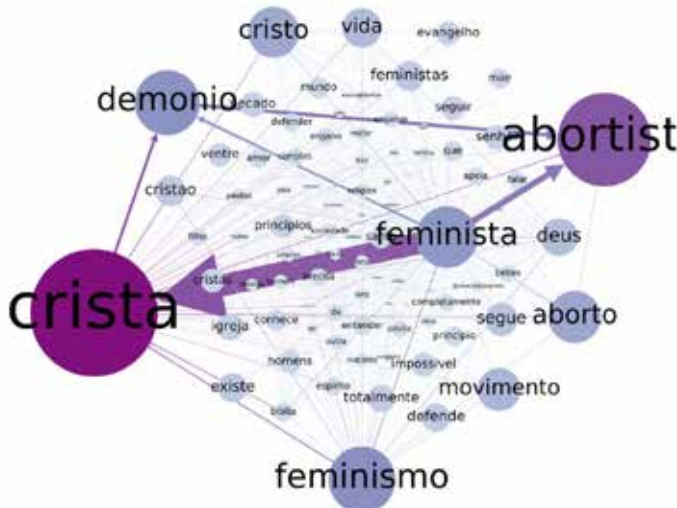
Ainda que a pesquisa tenha mostrado que não houve um só dia da campanha eleitoral em que a imprensa não tenha sido hostilizada nas redes sociais – revelando uma prática banalizada e constante em diferentes plataformas –, o pior aconteceu em momentos de ataques coordenados e direcionados, disparados por postagens de lideranças políticas ou por episódios em que estiveram envolvidas fora da internet.

Longe de serem espontâneos ou aleatórios, esses momentos são resultado de uma

orquestração de recursos e atores – perfis de grande visibilidade e “comuns” – para intimidar jornalistas. A partir de um comando da liderança, apoiadores virtuais se engajam nas ações hostis, aumentam a visibilidade do ataque e, com isso, garantem que mais pessoas se somem à onda – em geral, com conteúdos muito mais agressivos que a publicação original das lideranças.

No dia 4 de outubro, por exemplo, o Portal Catarinas, que cobre temas relacionados aos direitos das mulheres, publicou uma entrevista com uma antropóloga, intitulada “Conheça Simony dos Anjos, defensora de um cristianismo libertário para as mulheres”. A reportagem foi divulgada no perfil do portal no Instagram e somava, no dia seguinte, 44 comentários. Dois dias depois, atendendo ao chamado da deputada estadual de Santa Catarina, Ane Caroline Campagnolo, do partido conservador PL, pelo menos 2.300 usuários da plataforma fizeram comentários na publicação do portal<sup>4</sup>. A expressão mais usada nas postagens foi a orientada pela deputada: “Não existe feminista cristã”. Em mensagens de forte viés religioso, as palavras feminismo, aborto e demônio apareciam interligadas.

Neste caso, a intimidação e constrangimento foram causados pelo volume de reações à entrevista, o que sequer é considerado como um ataque pelas plataformas digitais. Em geral, as redes sociais aplicam suas políticas analisando o conteúdo individual dos posts e não sempre a articulação entre contas para a publicação de mensagens.



O grafo mostra os termos mais utilizados nos comentários de intimidação ao Portal Catarinas feitos no post de divulgação da entrevista com Simony dos Anjos. Quanto maior o círculo vinculado a uma palavra, mais vezes ela foi citada nos comentários. As setas mostram a relação entre diferentes termos. Quanto maior o tamanho, mais a quantidade de vezes em que os termos foram publicados de modo associado.

A coordenação entre diferentes perfis também pode ser disparada por declarações públicas de lideranças políticas. Durante a campanha eleitoral, elas foram instrumentalizadas em momentos de entrevistas ou debates entre candidatos, fazendo com que a agressão episódica offline se reproduzisse continuamente no ambiente online. Em sabatina de Jair Bolsonaro na rádio Jovem Pan no dia 06 de setembro de 2022, a jornalista Amanda Klein perguntou ao então presidente sobre a compra de imóveis em dinheiro vivo por sua família, repercutindo reportagem publicada dias antes na

imprensa. Em resposta, Bolsonaro fez insinuações sobre o convívio da jornalista com seu esposo – supostamente eleitor de Bolsonaro – e disse que ela fazia uma “acusação leviana” contra ele.

<sup>4</sup> Cabe destacar que a deputada Ane Caroline Campagnolo, que se apresenta no Instagram como “Bolsonarista. Antifeminista. Conservadora”, foi proponente e relatora de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada em 2022 na Assembleia de Santa Catarina, para investigar o Portal Catarinas e o The Intercept Brasil, que haviam reportado a negação do direito ao aborto legal a uma criança de 11 anos, vítima de estupro.

Após a agressão, Amanda Klein passou a figurar entre os jornalistas mais atacados da semana, em postagens marcadas por termos misóginos e violentos. A hashtag #amandakleinleviana, utilizando as palavras do presidente, repercutiu nas redes. No total, 43 hashtags de ofensas foram identificadas no perfil da jornalista, com destaque para #CalaBocaAmanda e #ForaAmandaKlein.

Ou seja, ao repercutir nas redes a atuação de seus candidatos na disputa política, perfis apoiadores do bolsonarismo aproveitavam para atacar a imprensa. No primeiro mês de campanha, a semana de entrevistas dos presidentiáveis ao Jornal Nacional, principal telejornal do país, e o debate transmitido pelo Grupo Bandeirantes foram marcados por um aumento das ofensas a jornalistas, em postagens que associavam hashtags contra a imprensa a outras ligadas sobretudo do candidato Bolsonaro.

A coordenação da violência contra trabalhadores de meios de comunicação constatada em diferentes episódios durante os três meses de campanha reforça o poder de mobilização de lideranças autoritárias e até onde são capazes de ir para sustentar suas narrativas.

## Vera Magalhães: “Colocaram um alvo no meu rosto”

Ao ver uma um banner com uma imensa reprodução de sua imagem em uma manifestação de extrema-direita, que reunia milhares de apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro, Vera Magalhães temeu. Ao lado da sua fotografia, constava a frase “Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”, dita por Bolsonaro durante um debate entre candidatos na TV. Na ocasião, após uma pergunta feita pela jornalista no debate, o candidato havia respondido, de forma totalmente misógina: “Acho que você dorme pensando em mim”.

A fala desencadeou imediatamente uma série de ataques online. A hashtag #VeraVergonhadoJornalismo foi compartilhada mais de 10 mil vezes em poucas horas. A sincronização das postagens colocou a hashtag nos trending topics no Twitter no dia seguinte. No total, posts ofensivos à jornalistas circularam 70 milhões de vezes nos feeds dos usuários da rede naquela semana. Daí para o banner com sua foto na manifestação, não precisou de muito.

Nenhuma das diversas funções no jornalismo que Vera exerceu ao longo de seus 30 anos de carreira – repórter, editora, comentarista – a preparou para ser exposta dessa maneira. “*Senti que tinham colocado um alvo no meu rosto*”, contou. E esse foi o momento em que ela decidiu fazer mudanças em sua rotina para lidar com as ameaças que já vinham ocorrendo nos últimos anos.



As agressões a ela remontam a 2016, quando começou a trabalhar também na mídia digital, ao mesmo tempo em que o fascismo crescia em redes sociais e grupos de mensagens instantâneas no Brasil. Desde então, as críticas que recebia – ainda que muitas vezes carregadas de misoginia – deixaram de ser ao seu trabalho e passaram a ter um tom de ameaça direta à sua integridade física.

Em 2020, já em meio a uma campanha de ódio capitaneada por Bolsonaro e recheada de episódios de violência, a jornalista divulgou um vídeo em que o ex-presidente convocava seus seguidores para atos contra os poderes Legislativo e Judiciário. “Era início da pandemia, a realização de uma manifestação era contrária às orientações sanitárias vigentes. A divulgação do vídeo rendeu uma manchete de capa no jornal e gerou reação por parte do então presidente”, conta. Em uma solenidade no Palácio do Planalto, o presidente Bolsonaro afirmou que Vera Magalhães “não era da sua laia”.

A partir daí, a jornalista passou a ter sua vida pessoal revirada por bolsonaristas, culminando com a publicação de seu contrato de trabalho com a emissora de TV pública do estado de São Paulo. Os apoiadores do ex-presidente descontextualizaram o documento e afirmaram que ela recebia mensalmente o valor anual do contrato, além de sugerirem que as críticas da jornalista a Bolsonaro eram ordens do governador de São Paulo, João Doria. “Chegaram a expor na internet uma foto de um documento que mostrava a escola em que meu filho mais novo estudava”, desabafa.

Uma semana depois do susto da sua foto estampada no protesto de 7 de setembro de 2022, a jornalista foi intimidada fisicamente pelo deputado estadual por São Paulo Douglas Garcia, aliado de Bolsonaro, ao final de um debate na TV Cultura, onde trabalha. A agressão foi transmitida ao vivo nas redes do parlamentar, candidato à reeleição. Antes do programa, Garcia havia deixado clara a intenção de intimidar a jornalista, evidenciando que a violência contra jornalistas se transformou em uma estratégia política para ganhar repercussão nas redes.

Vera Magalhães teve que sair da emissora escoltada por seguranças. O parlamentar seguiu incentivando a hostilidade online. Em uma postagem que alcançou 4,5 milhões de usuários, negou a agressão. O caso repercutiu amplamente na mídia e nas redes nos dias que se seguiram e fez com que a jornalista seguisse como foco de agressões online.

Durante todo o monitoramento da RSF, Vera Magalhães encabeçou a lista dos jornalistas mais hostilizados. Manifestações de solidariedade e o suporte irrestrito dos empregadores a mantiveram reportando e analisando a política brasileira da mesma forma. Mas os impactos na vida pessoal foram sentidos. Até o término das eleições, a jornalista passou a ter um motorista para seus deslocamentos, deixou de praticar esporte em locais públicos e sentiu medo de frequentar determinados lugares. Segue fazendo terapia.

## 2.3. As presas favoritas: as mulheres jornalistas

Os diferentes casos já mencionados mostram como as mulheres jornalistas transformaram-se em alvos principais da violência online contra a imprensa. A tendência, que vem sendo apontada em estudos no Brasil<sup>5</sup> e no mundo<sup>6</sup>, foi reforçada nesta pesquisa. O estudo mostrou que cerca de 53% dos posts ofensivos voltados a um profissional da imprensa em específico (dentro os acompanhados durante as eleições) foram direcionados a mulheres

5 <https://www.abraji.org.br/abraji-aponta-que-mulheres-jornalistas-foram-vitimas-de-mais-da-metade-das-agressoes-no-meio-digital>

6 Pesquisa realizada em 2020 pela UNESCO e o Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ) em 125 países afirmou que a violência online contra as mulheres “corrói os fundamentos do jornalismo, aumenta as ameaças à segurança jornalística e enfraquece a liberdade de expressão”. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136_por)

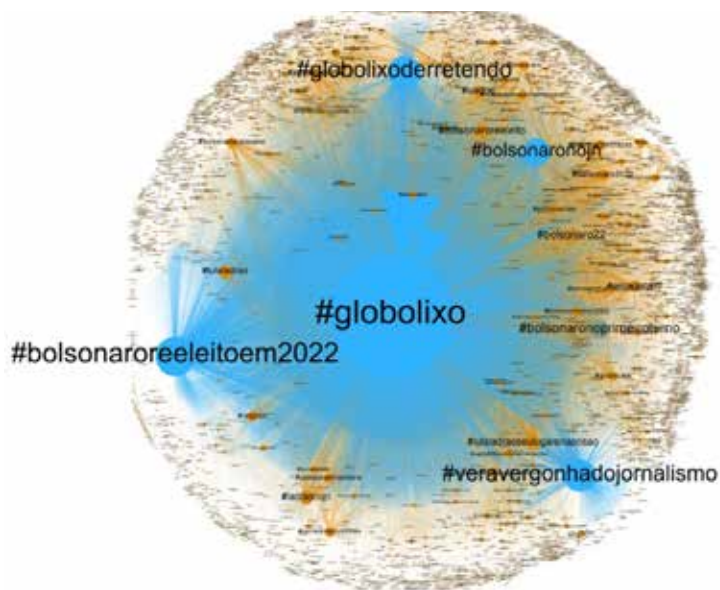


da por comentários críticos feitos pela jornalista ao ex-presidente Bolsonaro durante a cobertura dos atos de 7 de setembro. Até então, a jornalista não estava no radar dos apoiadores do candidato. Em uma semana, de repente ela recebeu 244 postagens ofensivas e figurou na lista dos dez jornalistas mais atacados no período. Em seu perfil foram encontradas 42 hashtags de ataques, entre elas #PedeDesculpaBasiliaCNN e #BasiliaVaiEstudar.

O teor e o direcionamento dos ataques às jornalistas, principalmente as negras, registrados no estudo não diferem significativamente do discurso contra as brasileiras em geral empregado por tais grupos políticos, para quem espaços de poder, de liderança e influência devem ser exclusivos dos homens, sobretudo os brancos.

## 2.4. O recurso a um vocabulário tóxico

Além das hashtags, um amplo conjunto de termos ofensivos foi utilizado durante as eleições contra jornalistas. Esses termos podem ser divididos em pelo menos três grupos. O primeiro inclui palavras de baixo calão e de desqualificação pessoal, voltadas sobretudo para as mulheres. Foi possível coletar ao menos 754.866 registros desse tipo de ofensa, incluindo palavras como “vagabunda/o”, “lixo”, “vergonha”, “puta”, “suja/o”, “canalha”, “merda”, “velha” e “nojo”.



O grafo mostra todas as hashtags publicadas na segunda semana da campanha eleitoral associadas à hashtag #globolixo, que foi a mais utilizada em todo o período monitorado. A imagem gerada pela análise dos dados mostra como postagens de ataque à imprensa foram associadas ao longo das eleições com hashtags de apoio ao candidato Jair Bolsonaro, como #bolsonaroreeleitoem2022, #bolsonaroprimeroturno e #bolsonaronoJN

O segundo grupo inclui termos utilizados para estigmatizar o trabalho de jornalistas, visando atacar sua idoneidade a partir de um suposto comprometimento com orientações ou partidos políticos de esquerda. Neste grupo, registrado em 413.261 posts, estão expressões como “militante”, “esquerdalha”, “esquerdista”, “esquerdopata”, “petista” e “comunista”. No terceiro conjunto de termos bastante comuns estão palavras que procuram desacreditar o trabalho da imprensa, como “fake”, “mentira”, “mentirosa”, “falácia”, “desonesto”, “falsa” e “deturpada”. Utilizando este grupo de palavras, a pesquisa registrou 355.052 postagens associadas a ataques à imprensa. Por fim, outros quase 450 mil posts contaram com uma variedade de termos ofensivos que não se enquadram nesses três grupos principais e com termos supostamente neutros – como “mordaça” ou “desespero”. Analisada a integralidade do conteúdo dessas postagens, elas também puderam ser caracterizadas hostis ao jornalismo.



# A VIOLÊNCIA EM NÚMEROS

Total de ataques: **3.318.229**



## PRINCIPAIS OFENSAS

Termos ofensivos/estigmatizantes mais comuns associados às palavras “jornalismo”, “jornalista”, “imprensa” ou “mídia”<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Termos ofensivos contra veículos que seguem padrão semelhante às hashtags de ataque (como “Globolixo”, “CNNlixo”, “Folhalixo” e “Veja Lixo” também foram coletados. Como eles já integram a lista das hashtags mais utilizadas, optamos por não incluí-los também na lista dos termos ofensivos. Para registro, “Globolixo” foi citado isoladamente mais de 298 mil vezes no período monitorado.



## OS MAIS ATACADOS

Os jornalistas mais visados e a quantidade de publicações ofensivas associadas a cada um/a

**Vera Magalhães**

**127.990**

**Ricardo Noblat**

**107.971**

**Gabriela Prioli**

**71.792**

**Eliane Cantanhêde**

**60.348**

**Mônica Bergamo**

**38.875**

**Andréia Sadi**

**31.931**

**Reinaldo Azevedo**

**30.518**

**Miriam Leitão**

**26.001**

**Guilherme Amado**

**22.839**

**Juliana dal Piva**

**20.567**

**Cynara Menezes**

**19.853**



Dos ataques direcionados aos 10 jornalistas mais atacados, **70% visaram mulheres.**

## PRINCIPAIS HASHTAGS

**#GloboLixo 462.987**

**#Globolixoderretendo 17.458**

**#CNNlixo 8.321**

**#Folhalixo 1.921**

**#UOLlixo 1.916**

**#Globosta 1.361**

**#Globolixoepetista 1.348**

## MÉDIA DE ATAQUES

considerados os 92 dias do estudo



**Por dia: 36.067**



**Por hora: 1.502**



**Por minuto: 25**

Aproximadamente 1 ataque a cada 3 segundos

Durante a campanha eleitoral, não houve um só dia em que pelo menos 1000 postagens ofensivas direcionadas a jornalistas ou veículos de comunicação não tenham sido publicadas

# 3. As consequências dos ataques online na vida real

## 3.1. Das ameaças à agressão

“Pega ela, está falando em manifestação golpista”. Foi isso o que a veterana jornalista Tereza Cruvinel ouviu antes de se ver cercada pelo que ela chamou de “*uma turba irada*”, que tentava tomar seu celular durante a cobertura dos atos antidemocráticos em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. Neste dia, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, recusando-se a aceitar sua derrota eleitoral, invadiram o Congresso Nacional, a sede do Poder Executivo e o Supremo Tribunal Federal, destruindo parte significativa do patrimônio público e histórico dos Três Poderes.

Tereza teve seu celular tomado e foi obrigada, sob coação, a apagar vídeos. Sofreu ofensas misóginas e agressão física. Alcançou a barreira policial e pediu apoio. Mesmo depois de informar que era jornalista, os policiais apontaram fuzis para ela e a mandaram recuar, junto com seus perseguidores. Em outro momento, ao fazer uma entrada ao vivo, foi cercada por homens que a seguraram pelos braços e disseram que a iriam “ensinar a fazer jornalismo”. Ela teve sua foto divulgada em grupos bolsonaristas nas redes sociais para que fosse assediada.

Jornalistas de diferentes meios de comunicação que tentaram cobrir os episódios e não buscaram disfarçar que faziam uma reportagem foram covardemente caçados e agredidos. Foram cenas de violência verbal e física, roubo e destruição de equipamentos, “tortura psicológica” segundo os jornalistas agredidos e até ameaça armada de morte. No total, 17 trabalhadores da imprensa foram atacados. Nos dias seguintes, outros 28 outros jornalistas foram agredidos, em 13 estados da federação, quando cobriam as operações de desmonte dos acampamentos de grupos bolsonaristas em funcionamento no país.

Somente de 2021 para 2022, os casos de agressão offline a jornalistas cresceram cerca de 23%, de acordo com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). O que aconteceu no dia 8 de janeiro era, portanto, previsível, como uma das consequências de intimidações sistemáticas da imprensa independente brasileira para silenciá-la.

Em reunião com o governo federal no dia seguinte à invasão de Brasília, diversos profissionais agredidos na ocasião relataram o pavor que haviam sentido. “*Lutei contra a ditadura, fui presa várias vezes pelos militares e nunca tive tanto medo como agora*”, afirmou Tereza Cruvinel. A meta de silenciar jornalistas nas redes e tirar repórteres e analistas das ruas pode estar surtindo efeito.





*Manifestantes golpistas que invadiram e depredaram prédios públicos na Praça dos Três Poderes, em Brasília, enfrentam policiais da Força Nacional entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. © Joedson Alves/Agência Brasil*

## 3.2 Os impactos sobre o jornalismo e a informação

Os casos relatados anteriormente deixam explícito que as agressões online impactam tanto pessoal como profissionalmente os/as jornalistas. Sofrer centenas, por vezes milhares de ataques durante um período contínuo de tempo, por meio não apenas do direcionamento de termos ofensivos, mas também da exposição da privacidade; via uso e manipulação de fotos e imagens; do emprego de conteúdos de conotação misógina, racista e de forte teor sexual; e não raras vezes de ameaças diretas à integridade física pode acarretar sérias consequências no exercício jornalístico.

A pesquisa RSF/Gênero e Número mencionada anteriormente revela os caminhos atravessados por profissionais da imprensa na tentativa de superar esses ataques e evitar o total silenciamento. Oito em cada 10 jornalistas ouvidos no estudo tiveram que mudar seu comportamento nas redes sociais para se proteger. Mais de 50% teve sua rotina profissional impactada. Desses, 24% passaram a se sentir mais inseguros ou ansiosos depois de um episódio de violência e 15% relataram ter desenvolvido algum tipo de problema de saúde mental. Outros 6% admitiram evitar assinar conteúdos com seu próprio nome e 8% passaram a ter medo de recorrer a determinadas fontes de informação.

O retrato é de um quadro de autocensura, medo, silenciamento e até abandono da profissão, efeito direto dessa estratégia de hostilização, descredibilização e censura do jornalismo. Trata-se de uma nova arma política empregada por autoridades – infelizmente em vários países – com alta frequência, de maneira coordenada, visando alvos específicos e, diante da omissão do conjunto do Estado e das redes sociais, não encontrando qualquer obstáculo para alcançar seus objetivos.



## TESTEMUNHO

### Julián Fuks: “Recebi mensagens com fotos de um sujeito me mostrando um fuzil e que diziam: ‘vou matar você e sua família’”

Quando decidiu usar a palavra “terrorista” em sentido figurado em sua coluna no portal de notícias UOL, o escritor Julián Fuks sabia que estaria sujeito a críticas. O autor – vencedor dos prêmios Jabuti e José Saramago – não contava, entretanto, que sua crônica pudesse ser distorcida intencionalmente.

O artigo, publicado em 27 de agosto de 2022, evocava uma ação poética contra a celebração oficial do bicentenário da independência do Brasil, em que o coração de Dom Pedro I seria recebido com pompas de chefe de Estado por decisão do governo Bolsonaro. Para evitar incompreensões, Fuks enfatizou já nas primeiras linhas sua intenção. Mas, em

plena campanha eleitoral, o texto passou a circular em links alternativos sem o primeiro parágrafo, para induzir a uma interpretação errada, como se Fuks estivesse defendendo que um terrorista matasse o então presidente.

O que antes eram reações negativas pontuais se transformou em uma campanha de difamação inédita contra o jornalista em sua carreira. O ódio nas redes sociais era fomentado por agências de desinformação de extrema direita. Até por autoridades como Mário Frias, então secretário de Cultura do governo federal, e Flávio Bolsonaro, senador e filho do então presidente, se engajaram nos fortes ataques ao jornalista.

*“No dia seguinte, me dei conta disso. Estava prestes a pegar um avião e comecei a me sentir inseguro”, lembra. “A cada dia, aparecia uma postagem de maior barulho nas redes bolsonaristas, e as mensagens agressivas aumentavam. Eu abria o celular a qualquer momento e encontrava dezenas”, relata. De origem argentina, ele também sofreu agressões de cunho xenofóbico nas redes sociais e em mensagens privadas.*

Aconselhado pelo UOL e por um amigo jornalista acostumado aos ataques virtuais, Julián Fuks silenciou por quatro dias: removeu o texto de suas redes, não registrou formalmente as ameaças e deixou até de divulgar o evento de lançamento de um de seus livros. *“Fui orientado a pedir um segurança para estar na livraria durante o evento, o que é uma coisa completamente insólita na minha vida de escritor pacato. Não sabíamos em que medida as agressões das redes poderiam vir ao mundo real”, observa. “A orientação para o silêncio era exasperante. Era uma situação muito estranha, que acabava poluindo e conturbando toda a existência dentro e fora das redes”, completa Julián Fuks.*

A estratégia mudou quando recebeu uma ameaça mais concreta. *“Naquele dia, um sujeito me enviou seu documento militar e fotos com um fuzil, dizendo: ‘se algo acontecer com Bolsonaro no 7 de Setembro, vou matar você e sua família’”*. O documento era real e o perpetrador morava em Goiânia, a 900 km de onde Fuks vive com a esposa e duas filhas crianças. Se antes ele dividia o sofrimento apenas com a companheira e amigos mais próximos, entendeu que era hora de dar visibilidade ao caso. O meio escolhido foi uma reportagem no próprio UOL falando das ameaças que o colunista estava recebendo.

*“A história mudou completamente quando entraram em cena as redes de solidariedade. Apareceram pessoas criticando os ataques, fizeram um abaixo-assinado, e o episódio da distorção do texto e das ameaças saiu em vários jornais. Assim que a história começou a repercutir com essa força toda, os ataques pararam imediatamente”,* relata.

Julián Fuks nunca deixou de publicar um texto ou expressar sua opinião por conta das ameaças. A autocensura, no entanto, veio de forma mais sutil em sua rotina: *“Posso dizer que rompi certa tranquilidade na hora de escrever. Pensava que pelo teor dos meus textos estaria protegido. Era ingenuidade. Hoje me preocupo em não dar abertura para nenhuma interpretação maldosa”*.

## 4. E agora?

Não há respostas simples para enfrentar os dados revelados por este relatório. A escala, o alcance e a frequência da violência online contra a imprensa, além de seu impacto no dia-a-dia dos jornalistas e veículos de comunicação, estão entre os grandes desafios das democracias modernas – sobretudo daquelas ameaçadas cotidianamente pelo ascenso do autoritarismo e da extrema-direita. Enfrentá-los requer esforços coordenados e permanentes. Mas, mesmo sendo uma tarefa complexa, não faltam caminhos a perseguir diante de tais problemas.

No caso brasileiro, a RSF e diversas organizações que atuam em defesa da liberdade de expressão e de imprensa no país, buscando contribuir na construção de soluções, têm produzido nos últimos anos recomendações precisas, com medidas concretas a serem adotadas pelo poder público e pelas plataformas digitais. Lamentavelmente, muito pouco foi feito até agora. Nos cabe reforçar que elas sejam implementadas.

Combater a violência online contra jornalistas começa, por exemplo, com o reconhecimento, pelos Estados, de que ameaças e outras formas de abuso online constituem um ataque direto à liberdade de imprensa, que é um dos pilares da democracia. Por isso, agentes públicos e políticos deveriam adotar um discurso que contribua ao livre exercício do jornalismo, o que inclui não incitar a violência contra profissionais quando há discordância com o conteúdo de comentários e reportagens.

Ao mesmo tempo, é preciso reforçar as políticas públicas e o arcabouço legal para restringir o assédio a jornalistas online, e aplicá-las sistematicamente – com especial atenção à violência contra mulheres jornalistas. A RSF defende, por exemplo, uma legislação sobre assédio coletivo, que permita responsabilizar todos os participantes de uma campanha de ataques online. O recém-criado Observatório Nacional de Violência contra Jornalistas, iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da qual a RSF já faz parte, precisa olhar com cuidado para este novo mecanismo de censura colocado em prática. Por sua parte, os operadores do sistema de Justiça precisam estar preparados para receber, processar e julgar casos de violência online, responsabilizando os agressores. E os meios de comunicação deveriam garantir formações em segurança física e digital para seus jornalistas.

Mas estaremos enxugando gelo se as políticas e os termos de uso das grandes redes sociais seguirem trabalhando com análises individualizadas de conteúdo, restringindo apenas postagens que apelem diretamente à violência física, sem qualquer preocupação específica para proteger o exercício do jornalismo em seu ambiente. Enquanto tais empresas não enfrentarem as dinâmicas de disseminação de conteúdo hostil e operações coordenadas de ataques a jornalistas, seguiremos registrando milhões e milhões de posts intimidatórios à imprensa no meio digital. Foi assim nas eleições brasileiras de 2022, e será assim nas próximas.

Enfrentar campanhas orquestradas de assédio online passa, por exemplo, por aumentar o número de pessoas naturais e que falem o idioma do país envolvidas na identificação dos conteúdos. Passa por dar maior celeridade à remoção de conteúdos de ódio e ao desmantelamento de contas criadas exclusivamente com esses objetivos, que operam em redes organizadas para descredibilizar e silenciar jornalistas. Ao mesmo tempo, é preciso facilitar a denúncia de violências para as vítimas, com a abertura de canais de alerta sobre ataques em curso.

Mas enquanto o modelo de negócios das plataformas seguir priorizando o engajamento dos usuários a qualquer custo, em busca de dados a serem coletados e do lucro por eles gerado, o discurso das big techs sobre “garantir um debate público saudável” não passará de retórica. A incapacidade – ou falta de interesse – das grandes redes sociais de darem respostas adequadas e eficientes a este fenômeno tem se mostrado uma constante, em detrimento da preservação da democracia nos países em que operam,

Consciente da gravidade dos riscos sofridos não apenas pelo jornalismo mas pelo espaço global de informação e comunicação como um todo, a RSF lançou o Pacto sobre Informação e Democracia, que já reúne 50 países de todas as regiões, e seu órgão de implementação, o Fórum Informação e Democracia, espaço que reúne juristas, pesquisadores e especialistas em tecnologia do mundo todo para propor políticas públicas e marcos regulatórios para o ambiente informacional. O objetivo é garantir o direito à informação de confiança no ambiente digital, de modo a permitir a participação democrática dos cidadãos. Reiteramos o convite feito ao Brasil para se somar ao Pacto e a este esforço global.

Os resultados apontados neste estudo de caso sobre as eleições brasileiras têm o objetivo de ajudar países em contextos semelhantes a buscar saídas e de permitir ao novo governo avançar em seu vocalizado compromisso de, por um lado, promover a liberdade de imprensa e, por outro, de regular as plataformas digitais, em busca de um ambiente digital seguro, plural e democrático. Estamos dispostos a contribuir com este processo.

## Nota metodológica

O monitoramento foi realizado entre os dias 15 de agosto e 14 de novembro de 2022, de modo a cobrir todo o período de campanha eleitoral oficial, além do período imediato à divulgação do resultado das eleições, onde havia previsão de continuidade dos ataques online a jornalistas. Durante os três meses, foi realizada uma coleta semanal de dados no Twitter pela equipe do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (Labic/UFES). Coletas pontuais, a partir de episódios específicos e de maior repercussão, foram realizadas em plataformas diferentes. Os softwares desenvolvidos no Labic capturavam as postagens via API no Twitter tendo como base:

- a) perfis de 121 jornalistas previamente selecionados por serem alvos reconhecidos de ataques online e de 58 autoridades públicas, incluindo candidatos à presidência da República e os candidatos a governos estaduais melhor colocados nas intenções de voto;
- b) publicações que contivessem pelo menos uma das 170 hashtags identificadas como “chaves” de ataque à imprensa;
- c) publicações que contivessem algum dos termos previamente identificados como “chaves” de ataque a jornalistas e meios de comunicação.

Nesse processo de levantamento de dados, foram coletados 14.488.426 postagens com base nos perfis dos jornalistas selecionados para o monitoramento (comentários em suas postagens ou posts mencionando essas contas); 4.605.583 posts publicados pelas autoridades políticas e candidatos selecionados; 631.201 posts contendo pelo menos uma das 170 hashtags monitoradas; e 4.372.213 postagens contendo os termos ofensivos previamente selecionados. No total foram coletados e processados 24.097.423 de publicações no Twitter durante o todo o período.

Após a coleta semanal de dados de publicações no Twitter, cada uma dessas coleções de dados (datasets) era processada com os softwares Ford/Labic e Gephi, gerando estatísticas gerais e arquivos de grafos mostrando o comportamento dos perfis envolvidos no estudo sobre as postagens da semana. Os dados eram sistematizados pela equipe do Labic e publicados em análises semanais da equipe da Repórteres Sem Fronteiras. O objetivo era destacar a dinâmica dos principais ataques da semana em relação a momentos relevantes da cobertura eleitoral. As análises estão disponíveis numa página especial do site da RSF.

O monitoramento semanal permitiu um aperfeiçoamento da metodologia de coleta e análise dos dados, aumentando gradativamente sua precisão. Discrepâncias pontuais entre os dados divulgados preliminarmente durante a campanha eleitoral e esta análise final não alteraram as tendências apresentadas anteriormente nem as conclusões deste estudo.

Considerando o gigantesco volume de dados processado, também é possível que uma parcela de postagens que não significam ataques diretos a jornalistas ou meios de comunicação tenha sido coletada e contabilizada neste estudo, por conter de alguma forma os parâmetros e termos do monitoramento. Mas considera-se que eventuais “falsos positivos” não são relevantes no conjunto dos dados finais revisados, não impactando na dimensão dos números apresentados.



REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS atua pela liberdade, a independência e o pluralismo no jornalismo. Dotada de um status consultivo junto à ONU e à UNESCO, a organização, baseada em Paris, conta com 13 escritórios e seções no mundo e correspondentes em mais de 130 países.